

# Os bancos resistirão ao perdão 114

por Walter S. Mossberg  
da AP/Dow Jones

Os principais bancos comerciais norte-americanos prometeram combater, por meio de processos legais, qualquer esforço para obrigá-los a perdoar os empréstimos ao Terceiro Mundo e disseram que vão exigir do governo novas garantias para os empréstimos e também concessões fiscais e outras vantagens antes de reduzirem voluntariamente a dívida.

Estas posições extremas dos bancos foram expressas em documento na quarta-feira e diretamente destinado a influenciar a revisão da estratégia norte-americana sobre a dívida do Terceiro Mundo, a ser feita pelo novo governo de George Bush. O objetivo do documento foi o de afastar qualquer possibilidade de que a nova estratégia venha a exigir concessões prejudiciais aos bancos. Os bancos deram a entender que estão dispostos a fazer importantes reduções da dívida e a conceder novos empréstimos, mas somente se receberem mais garantias para os novos empréstimos, isenções

fiscais e outros "adoçantes" financeiros dos Estados Unidos, de outros países, do Banco Mundial (Bird) e do FMI.

O documento foi considerado pelas autoridades norte-americanas como um esforço dos bancos para oferecer algumas concessões limitadas para a redução voluntária da dívida, em troca de incentivos financeiros muito maiores dos governos e de outros organismos oficiais. "Alguém terá de pagar para resolver esta crise", disse um funcionário. "E os bancos estão dizendo que podem dar uma pequena contribuição, mas os outros vão ter de pagar muito mais."

O documento, preparado por um grupo que congrega grande número de bancos, chamado Institute for International Finance (IIF), foi enviado ao Tesouro e ao Federal Reserve Board (Fed — banco central norte-americano). Representantes do grupo se encontraram na quarta-feira com o "chairman" do Fed, Alan Greenspan, e com o subsecretário do Tesouro, David Mulford, o mais alto

funcionário da economia internacional no governo de Reagan e que deverá manter seu posto no novo governo de Bush.

Barry Sullivan, presidente do First National Bank de Chicago e presidente do Institute, disse que a disposição dos bancos de estudar uma maior redução voluntária da dívida é uma contribuição nova e importante para a solução do problema. Mas advertiu que, "para isso, vamos precisar do envolvimento dos governos credores".

Os bancos quando falam do "envolvimento dos governos credores" (credit enhancement), em geral, estão-se referindo a alguma forma de garantia dos governos ou do Bird de que o principal ou os juros de novos créditos ou de débitos remanescentes serão pagos, após a redução voluntária da dívida.

Sullivan admitiu que os bancos "não estão mais sendo mortalmente ameaçados pela situação da dívida internacional", porque aumentaram suas reservas e capital para cobrir possíveis prejuízos. Mas o documento adverte que se-

ria "uma grave incompreensão" pensar que esta proteção contra os prejuízos torna os bancos dispostos a cancelar os empréstimos ao Terceiro Mundo. O documento adverte, de fato, que qualquer esforço do governo para obrigar os bancos a perdoar a dívida "será impugnado nos tribunais" como "um confisco inconstitucional da propriedade", se o governo não pagar a indenização aos bancos.

(Os bancos comerciais internacionais estariam dispostos a liberar créditos de médio prazo para os países fortemente endividados sob algumas condições. Este jornal na edição do dia 12 informou — segundo matéria do Financial Times feita com base no documento IIF — que os novos empréstimos se dariam se instituições financeiras, como o Bird, se comprometessem com iniciativa semelhante. E se os devedores, em seus esforços para promover o desenvolvimento, priorizassem o setor privado. Os bancos, anteriormente, só se comprometeram com empréstimos de curto prazo.)